

Augusto Abelaira

SOBRE LA LIBERTAD

O 25 de Abril, obra de militares, teve logo de início um aspecto que o tornou extremamente original e sedutor: os militares que acabavam de derrubar o regime fascista não se propuseram monopolizar o poder e em vez de instituírem, como geralmente sucede, uma ditadura militar, ainda que provisória, convidaram os Portugueses a organizarem-se em partidos —de direita e de esquerda— e entregaram aos civis o governo. É certo que, ulteriormente, esta situação se modificou um tanto, após algumas tentativas feitas no sentido de arrefecer a radicalização progressiva da revolução ou, com mais rigor, de travar a transição que se estava a operar num movimento que, de princípio, fora apenas um golpe de estado e que, de dia para dia, se transformava numa revolução, graças a uma liberdade que permitia às massas populares impulsionarem essa radicalização.

Também é verdade que, por outro lado, e após se verificar que as lutas partidárias estavam talvez a dificultar a Revolução Portuguesa, muitas vezes tem surgido a seguinte pergunta: não teria sido mais realista, por parte dos militares, instituírem de facto a ditadura por uns seis meses de modo a que a casa portuguesa fosse arrumada? Uma ditadura em que as liberdades fossem rigorosamente controladas?

Duas objecções poderão ser feitas a este ponto de vista: a primeira é que os militares do 25 de Abril eram extremamente contraditórios, dividiam-se entre espíritos conservadores e espíritos progressivos — e que uma ditadura militar, controlando

as liberdades, difficilmente poderia ter permitido o avanço revolucionário que efectivamente se verificou. Tais liberdades concedidas foram fundamentais e nenhuma ditadura militar as teria concedido. Talvez houvesse hoje mais ordem em Portugal, talvez até a crise económica fosse presentemente menos grave, mas não teria havido um avanço revolucionário.

Uma segunda resposta pode ser a seguinte: se em 25 de Abril o M.F.A. tivesse estabelecido a ditadura, ainda que uma ditadura esclarecida e progressiva (o que talvez não fosse então possível) ele não teria obtido o prestígio que efectivamente alcançou. A verdade é que ninguém conhecia os oficiais do 25 de Abril e apresentarem-se logo como ditadores teria sido uma desilusão que impossibilitaria a adesão dos Portugueses. Efectivamente, e não obstante os muitos outros temas que a opposição ao regime fascista ventilara, o das liberdades fora fundamental. É certo que os Portugueses se opunham ao regime por ele ser um regime de privilegiados. Mas, falar do fascismo era falar de falta de liberdade, e a falta de liberdade traduzia-se em duas palavras: P.I.D.E. e censura. Por outras palavras: não era possível responder às justas ambições do povo português substituindo uma ditadura por outra (ainda que esta fosse “esclarecida”). Difficilmente se poderia convencer os Portugueses, ávidos de liberdades, de que as ditaduras não fossem todas iguais — e tanto assim que o próprio Partido Comunista eliminou do seu programa a expressão “ditadura do proletariado”, reconhecendo que a palavra ditadura tinha conotações extremamente impopulares.

De facto, depois de meio século em que um certo número de homens proibiram a liberdade com o argumento de que eles é que sabiam o que convinha ao país, não era possível convencer os Portugueses de que outros homens o soubessem — e, ainda por cima, sendo militares que haviam estado ao serviço do fascismo. Pode decerto dizer-se que estas afirmações não se baseiam em inquéritos sociológicos rigorosos; que são intuições. Pode decerto dizer-se que nas aldeias mais afastadas a palavra liberdade não terá significado e pode até dizer-se que, para muitos portugueses, o problema não se põe porque eles nunca sentiram a falta de liberdade, mesmo durante o fascismo. De facto, a liberdade é função das aspirações de cada um — é apenas, por um lado, não ser preso (a grande maioria dos portu-

gueses não foram presos durante o fascismo, nem correram esse risco) e, pelo outro, é apenas poder escolher entre aspirações modestas, como por exemplo, “ter liberdade” de ir a este ou àquele cinema, de pertencer a este ou àquele grupo de futebol, de comprar ou não esta gravata — isto para simplificar as coisas. Além disso, o que significa falar em liberdade a quem, vivendo na miséria, nem sequer pode escolher entre esta ou aquela gravata e, além disso, sem qualquer cultura e desprovido de consciência de classe, aceita a sua exploração como um destino inevitável? Acrescente-se, todavia, que uma parte importante desses que mal podem viver ainda os problemas da liberdade não deram também pelo 25 de Abril: alguns, vivendo no interior de Portugal, nem sequer ouviram falar dele — pelo menos nos primeiros tempos.

Resumindo, a ditadura militar (e outra teria sido inviável) limitadora de liberdades, que por vezes alguns lamentam não ter sido instituída ao princípio, não era possível se atendermos ao país real e teria desmobilizado o entusiasmo dos Portugueses.

Mas, dir-se-á: não teremos “abusado” da liberdade? Mesmo as reivindicações salariais que só a liberdade permitiu e que foram, numa certa medida, satisfeitas, não terão contribuído para acelerar a crise económica, levando o país à terrível situação de estar a consumir muito mais do que produz?

Por outro lado: acusa-se os partidos (todos ou alguns) de utilizarem a liberdade para travarem a revolução, isto sem falar nas facilidades dadas aos inimigos do 25 de Abril. Acusa-se também a imprensa de privilegiar certos assuntos, ignorando outros que seriam muito mais mobilizadores. E, nesta ordem de ideias, há quem pense que deveriam ser silenciadas certas vozes.

Apesar de tudo, reconhecer-se-ia que até agora a liberdade tivera virtudes porque fora graças a ela que, inegavelmente, a revolução se radicalizara. Mas que, a partir de agora, a liberdade deveria ser rigorosamente controlada para que as anteriores conquistas não corressem o risco de se perder — tanto mais que teria chegado o momento de tomar certas medidas económicas impopulares, más necessárias.

Para já, uma questão que se pode pôr é esta: se a liberdade (algo libertária, em tantos casos) foi até hoje fomentadora da revolução não se vê porque não há-de sê-lo também amanhã —

independentemente dos problemas que virá a levantar. Outra questão é esta: com maior ou menor interferência das forças populares, em última análise quem decide os caminhos da Revolução (isto para sermos realistas) é o M.F.A. e este aposta (pelo menos tem apostado até hoje) no pluralismo (parafraseando Sartre, o M.F.A. condena os Portugueses à liberdade). Mesmo manifestando, não poucas vezes, o seu mau humor perante certas críticas ou atitudes, mesmo exercendo por vezes alguma repressão (em certas greves ou mandando prender numerosos elementos do M.R.P.P.), o M.F.A. considera fecunda a divergência de opiniões (mesmo a asneira é livre, costuma dizer o almirante Rosa Coutinho) e acontece até que o seu ideal de um "socialismo à portuguesa" passa pela tentativa de conciliação entre a liberdade e a autoridade.

Mas, objectar-se-á, será possível uma completa refundição das estruturas económicas e sociais portuguesas se se permitir que essas reformas sejam postas em causa? Já alguma revolução se fez que não fosse pela força, sacrificando até certas liberdades que em última análise eram justas, mas inoportunas? O pluralismo não conduzirá a uma simples humanização da sociedade portuguesa, muito mais do que a uma completa revolução? Atingir através do pluralismo a sociedade sem classes não será um sonho que toda a história nega?

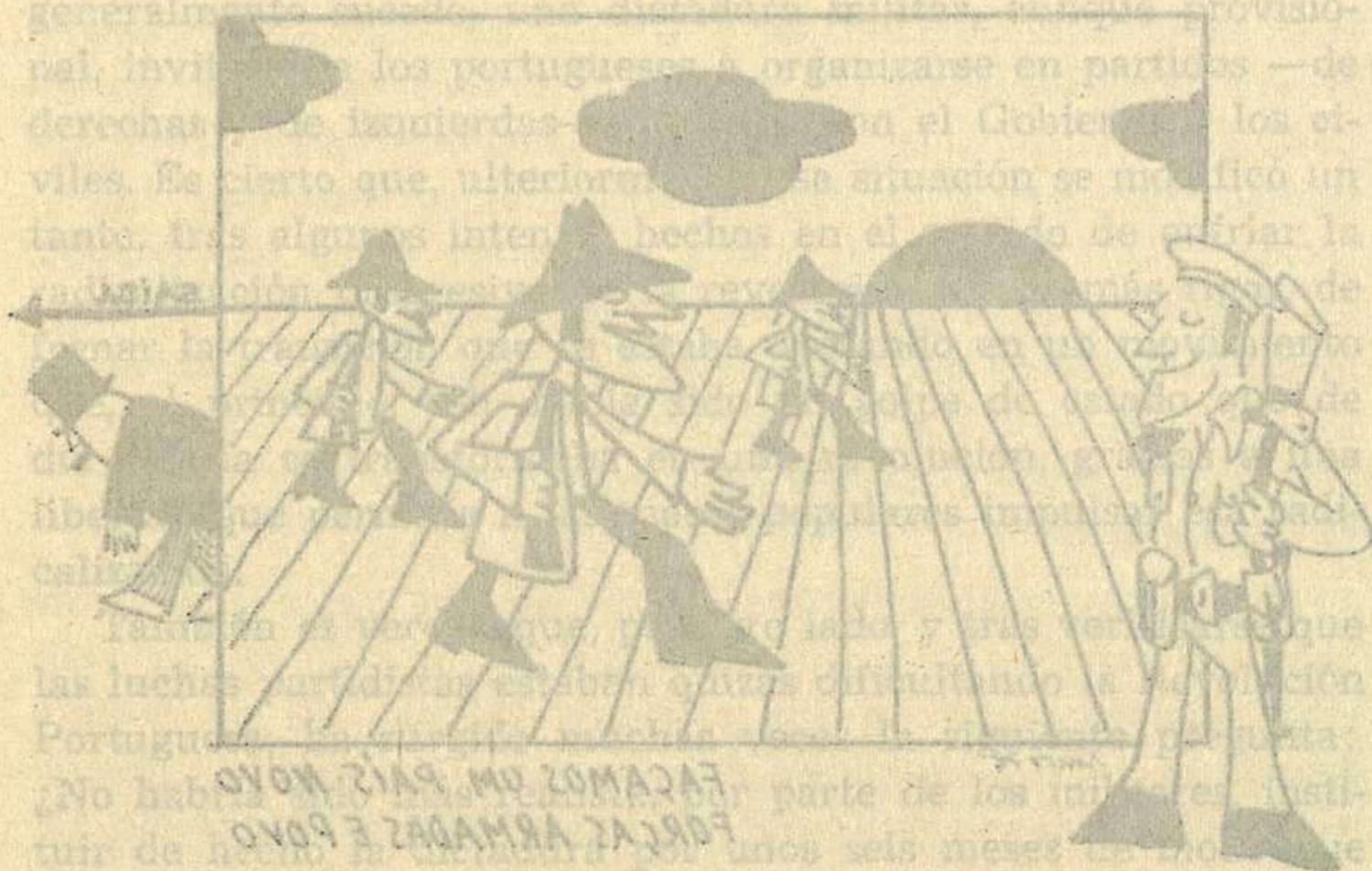
O problema não é simples e abstenho-me de o discutir. Acrescentarei apenas que, tanto quanto se pode imaginar, e dentro da correlação de forças actualmente existente em Portugal (actualmente existente no M.F.A.) pode prever-se o seguinte: que serão definidos certos objectivos revolucionários (ainda insuficientemente esclarecidos) e que acerca desses objectivos a oposição por palavras ou actos não será permitida. Mas que se manterá uma total liberdade de discussão quanto aos meios para alcançar tais objectivos. Neste sentido, há a esperança (será mais do que uma esperança?) de que a livre e pública discussão será a melhor defesa contra o anquilosamento do Poder, contra a arbitrariedade e, implicitamente, será uma forma de mobilizar todas as consciências, levando os portugueses a interessarem-se pela coisa pública. Discussão essa que não será monopolizada pelos partidos (eles próprios tendentes à anquiloze e ao sectarismo), nem pela imprensa, mas que será incentivada nas comissões de base (comissões de bairro, de empresa, etc.)

numa tentativa de pôr à prova uma possível democracia directa.

Utopía? Seja como for, e para além das hesitações e dos erros, para além das indefinições, para além de um certo vazio ideológico que se sente em muitos dos principais responsáveis do M.F.A., tudo isso em paralelo com a dinamização popular, parece possível acreditar que a Revolução portuguesa, atenta aos triunfos e aos fracassos das outras revoluções socialistas, medindo bem os riscos de estar numa zona de influência capitalista, poderá de facto criar um caminho próprio em que a liberdade terá um papel importante numa completa reformulação das suas ancestrais estruturas.

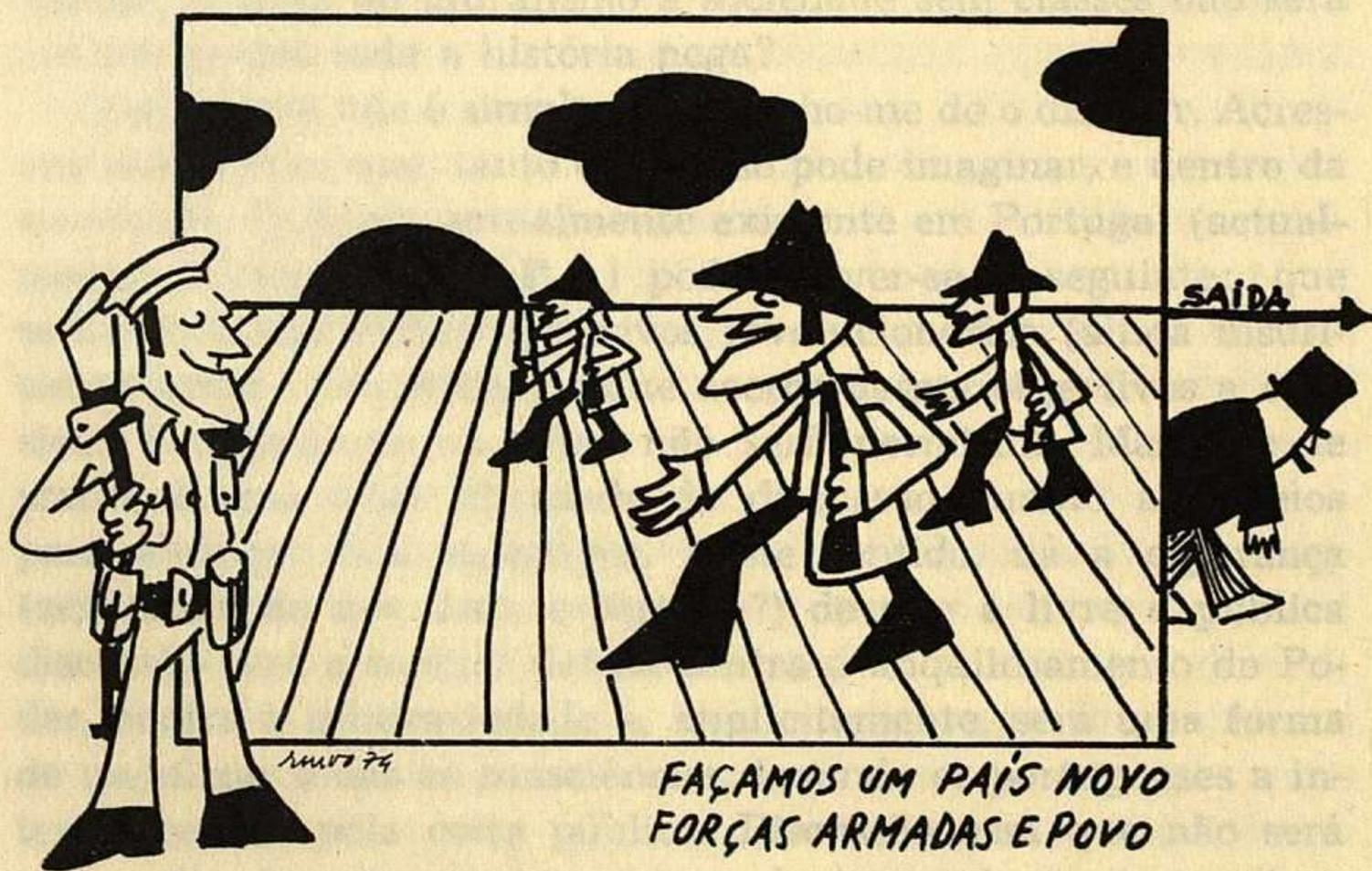
SOBRE LA LIBERTAD

El 25 de abril, obra de militares, tuvo luego del inicio un aspecto que lo hizo extraordinariamente original y seductor: los militares que acababan de derribar el régimen fascista no se propusieron monopolizar el poder y en vez de instituir, como generalmente sucede con dictaduras militares, un gobierno provisional, invitaron a los portugueses a organizarse en partidos — de derechas y de izquierdas — para elegir el Gobierno de los civiles. Es cierto que, posteriormente, la situación se modificó un tanto, tras algunos intentos hechos en el sentido de reducir la



libertad o de limitar el poder de los militares. ¿Una dictadura en la que las libertades fueran rigurosamente controladas?

Hagamos un país nuevo Fuerzas Armadas y Pueblo



FAÇAMOS UM PAÍS NOVO
FORÇAS ARMADAS E POVO